

MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da MAPFRE Capitalização S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, e alterações, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes do Parceiro dos Atuais Independentes.

Recetas de títulos de capitalização
As receitas com títulos de capitalização totalizaram no exercício de 2024 R\$ 159,5 milhões um decréscimo de 7% ou R\$ 12,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A perda de parceiros e o mercado de incentivos ainda estagnado, contribuíram para essa redução.

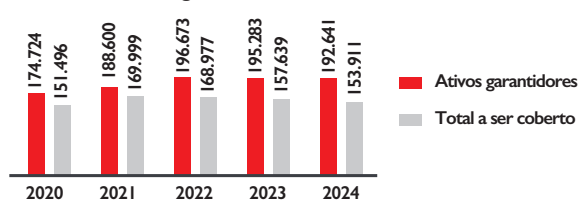
Despesas administrativas
As despesas administrativas em 2024 totalizaram R\$ 11,7 milhões, um incremento de R\$ 4,4 milhões em relação ao ano anterior decorrente do aumento de colaboradores no exercício de 2024.

Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou R\$ 10,8 milhões, um aumento de 13,7% em relação ao exercício do ano anterior, resultado este que foi impactado principalmente pela redução das despesas financeiras no exercício de 2024. Isso ocorre devido ao menor volume de arrecadações e consequentemente de cota de provisões matemáticas de capitalização, além de queda na TR, gerando um menor volume das despesas com atualizações monetárias e juros.

Resultado do exercício
O resultado totalizou no exercício de 2024 um lucro de R\$ 3,5 milhões, uma redução de R\$ 2,8 milhões em relação ao exercício de 2023, decorrentes principalmente do aumento das despesas administrativas, da redução nas arrecadações com títulos de capitalização e da inclusão do cálculo da variação da receita efetiva aplicada a partir de 2024.

Declaração de capacidade financeira
A MAPFRE Capitalização S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Ativos garantidores e Provisões técnicas



BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		173.002	174.646
Disponível	5	5	7
Caixa e bancos		5	7
Equivalentes de caixa	5	54	48
Aplicações	6	168.239	168.962
Outros créditos operacionais		11	50
Títulos e créditos a receber		4.685	5.570
Títulos e créditos a receber	7	3.946	2.409
Créditos tributários e previdenciários	17b	1	2.475
Outros créditos		738	686
Despesas antecipadas		8	9
Ativo não circulante		27.581	28.337
Realizável a longo prazo		27.230	27.722
Aplicações	6	24.402	25.622
Títulos e créditos a receber		2.828	2.100
Créditos tributários e previdenciários	17b	2.828	2.100
Imobilizado		4	31
Bens móveis		4	31
Intangível	8	347	584
Outros intangíveis		347	584
Total do ativo		200.583	202.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Um pilar estratégico da MAPFRE e, assim, avançamos cada vez mais para integrar os aspectos ASG (ambiental, social e governança) aos negócios da companhia. Em 2024, temos continuidade à execução dos projetos e iniciativas que integram o Plano Estratégico Corporativo de Sustentabilidade. Esse plano, atualizado para o triênio 2024-2026, define o posicionamento da MAPFRE em relação às questões ASG e contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela seguradora, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas; a necessidade de uma economia mais circular; a inclusão; a educação financeira e de seguros; o envolvimento da sociedade; os negócios e demandas sociais; e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

Como destaque no âmbito das questões ambientais, ressaltamos o cumprimento da meta de redução da pegada de carbono, com um desempenho 15% superior à meta de 4,05%, considerando a linha de base de 2022. Esse resultado é decorrente da adoção de diversas iniciativas e projetos que têm como intuito a redução das emissões de carbono das operações da MAPFRE, como a nova certificação ambiental (Lixo Zero) alcançada no Edifício MAPFRE, sede da empresa em São Paulo.

Em relação às questões sociais, além da continuidade das iniciativas que têm como objetivo o bem-estar dos nossos colaboradores, temos continuidade ao projeto MAPFRE Sênior, com o lançamento dos produtos MAPFRE Sênior Empresarial - desenhado especialmente para atender às necessidades e preocupações das Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs) - e MAPFRE Sênior Residencial, construído para trazer qualidade de vida e autonomia para o público sênior. Também lançamos o Projeto MAPFRE na Favela com a oferta de três produtos de seguros de impacto social para a população de baixa renda.

FUNDAÇÃO MAPFRE

Por meio da Fundação MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social. No ano de 2024, os programas desenvolvidos beneficiaram mais de 5,5 milhões de pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital, contribuindo para o bem-estar da sociedade, para a prevenção e redução de sinistros no trânsito, para o acesso à informação, para o incentivo à inovação e à pesquisa e para ampliar a diversidade cultural.

Extraordinariamente, a Fundação MAPFRE destinou recursos a título de ajuda humanitária aos milhares de atingidos em decorrência das fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul. Os valores doados foram utilizados para a compra de itens de primeira necessidade, que já beneficiaram mais de 140 (cento e quarenta) mil pessoas.

Como destaque, na área de Prevenção e Segurança Viária, a Fundação MAPFRE firmou uma parceria técnica com a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e, dar confiabilidade às práticas adotadas, e os resultados obtidos são informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção à lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhadas à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
(+) Receita com títulos de capitalização		159.247	172.448
(+) Contribuição com títulos de capitalização	16a	159.547	172.448
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio		143.201	155.373
Contribuição - Quotas de carregamento		16.346	17.075
(+/-) Variação da receita diferida	16b/2f	(4.655)	75
(+/-) Variação da provisão para resgate	16c	(128.932)	(138.626)
(+/-) Variação da provisão de sorteios	16d	(14.103)	(16.370)
(-) Custo de aquisição	16e	(4.554)	(4.980)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	16f	604	(68)
(+) Outras receitas operacionais		840	15
(-) Outras despesas operacionais		(236)	(83)
(-) Despesas administrativas	16g	(11.748)	(7.371)
Pessoal próprio		(6.038)	(1.445)
Serviços de terceiros		(1.596)	(1.818)
Localização e funcionamento		(864)	(859)
Publicidade e publicações		(112)	(129)
Donativos e contribuições		(100)	(187)
Despesas administrativas diversas		(3.038)	(2.933)
(-) Despesas com tributos	16h	(1.030)	(2.196)
(+) Resultado financeiro	16i	10.766	9.467
Receitas financeiras		19.350	20.516
Despesas financeiras		(8.584)	(11.049)
(=) Resultado operacional		5.895	12.379
(=) Resultado antes dos impostos e participações		5.895	12.379
(-) Imposto de renda		(1.107)	(2.312)
(-) Contribuição social	17a	(843)	(1.582)
(-) Participações sobre o lucro	17a	(439)	(2.241)
(=) Lucro líquido do exercício		3.506	6.264
(/) Quantidade de ações		13.846.989	13.846.989
(=) Lucro líquido por ação - R\$		0,25	0,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.506	6.264
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(974)	2.793
Variação no valor justo dos ativos financeiros	(1.639)	4.655
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	18	-
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	647	(1.862)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	2.532	9.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	3.506	6.264
Ajustes para:	155.398	165.386
Depreciações e amortizações	264	266
Redução ao valor recuperável	(89)	-
Variação das provisões técnicas - capitalização	155.208	165.684
Variação das provisões judiciais	96	76
Tributos diferidos	(81)	(640)
Variação nas contas patrimoniais:	(156.161)	(165.952)
Aplicações financeiras	749	6.298
Outros créditos operacionais	61	-
Créditos das operações de capitalização	-	62
Créditos tributários e previdenciários	2.477	967
Outras antecipadas	1	(6)
Outros ativos	(1.589)	974
Obrigações a pagar	1.395	297
Impostos e contribuições	1.723	4.503
Débito de operações com capitalização	(1.627)	225
Depósitos de terceiros	-	(16)
Provisões técnicas - capitalização	(158.936)	(177.022)
Provisões judiciais	(50)	(77)
Outros passivos	(362)	(2.157)
Caixa gerado pelas operações	2.743	5.698
Imposto de renda pago sobre o lucro	(732)	(2.422)
Contribuição social paga sobre o lucro	(520)	(1.760)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	1.491	1.516
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(1.487)	(1.498)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(1.487)	(1.498)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	4	18
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	55	37
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	59	55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Taxas e carregamento dos principais títulos

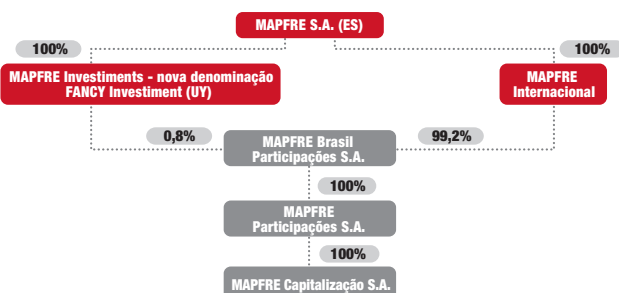
Processo Susep	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901957/2019-07	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.902004/2019-58	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.901384/2019-22	Prêmio Único	16,46	1,94
15414.901388/2019-19	Prêmio Único	2,00	4,28
15414.606403/2021-13	Prêmio Único	9,22	4,28

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido e antecipado, cujo saldo é atualizado pelo indexador do correspondente plano de capitalização pela taxa de remuneração da caderneta de poupança - TR, desde a data do respectivo evento gerador do resgate do título ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data do efetivo pagamento. A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento. A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. A Provisão representa a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e o valor da Provisão para Sorteios a Realizar - PSR, conforme cálculo descrito em nota técnica atuarial. A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, calculada para cada título (cujo plano estabelece a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. Em 2023, a Provisão de Despesa Administrativa - PDA era constituída para cada título que estiver em vigor, durante o prazo de vigência do título, para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O valor era definido com base na variável de despesa de manutenção do título e das despesas e receitas da Companhia sobre a cota de despesa administrativa do título. O saldo da provisão foi revertido, em 1º de janeiro de 2024, conforme Circular nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, e alterações. A Provisão de Receitas Diferidas - PRD, mensurada a partir de janeiro/24, em atendimento à Circular SUSEP nº 678/2022 de 10 de outubro de 2022, e alterações, considera, a partir de 1º de janeiro de 2024, o diferimento de receitas dos títulos de capitalização gerada pela quota de carregamento dos planos. A quota de carregamento do título é um percentual do pagamento destinado aos custos de despesas com corretagem, colocação e administração do Título de Capitalização, emissão, divulgação e lucro da sociedade de capitalização, segundo critérios, metodologias e premissas discriminadas em nota técnica atuarial e estudo técnico aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade. **g) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Companhia e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função da natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável e saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no plano de provisão técnica. **Obrigações com apostos/ativas:** A Companhia é contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **h) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa na medida em que o serviço é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. *Obrigações com apostos/ativas:* A Companhia é contingentes de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A., doravante designada por "Companhia", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada sobre o CNPJ nº 09.382.998/0001-00. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2024, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dos ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos e estimativas adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e *ii.* informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **Nota 3b e 5 - Aplicações e ativos financeiros:** • Notas 3f e 12 - Provisões técnicas; e • Notas 3g e 14 - Provisões judiciais. **e) Separação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulante. **f) Adoção Inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022:** A Circular SUSEP nº 678/2022, de 1

* continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

d) Cronograma esperado dos desembolsos

Estimativa	Cíveis	2024	2023
Até 5 anos	454	(6.038)	(1.445)
Total	454	(1.596)	(1.818)

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais excluídos os que não estejam relacionados às condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados à operação de capitalização). **Fiscais** - A Companhia possui discussão judicial tributária e, amparada por seus assessores jurídicos classifica a probabilidade de perda desta ação em "provável", "possível" e "remota", para fins de provisionamento contábil. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e para a data base de 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui registro contábil de contingência uma vez que não houve avaliação de "provável" para as suas ações judiciais. **PIS/COFINS** - Discute judicialmente a base de cálculo de PIS/COFINS, com base na Lei 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, com o entendimento de que a incidência de referidos tributos se dá apenas sobre quotas de carregamento de títulos de capitalização. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível no valor de R\$ 1.960 (R\$ 1.235 em 31 de dezembro de 2023).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 15.000 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 13.846.989 ações ordinárias, sem valor nominal (13.846.989 ações em 31 de dezembro de 2023). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal, e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio serão transferidas à conta de reserva de investimentos. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** Compreendo o ajuste a valor justo a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. **e) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

Lucro líquido do exercício	3.506
Constituição da reserva legal (5%)	(175)
Lucro líquido ajustado	3.331
Dividendos mínimos obrigatórios	832
Total dos dividendos distribuídos	832
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%

Quantidade de ações:

Ações ordinárias	13.846.989
Dividendos distribuídos por ação:	0,06

16. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2024	2023
a) Contribuição com títulos de capitalização	159.547	172.448
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	143.201	155.373
Contribuição - Quotas de carregamento	16.346	17.075
b) Variação da receita diferida (vide nota 2f)	(4.655)	75
Reversão de receita diferida (PRD)	11.935	-
Constituição da provisão de receita diferida (PRD)	(16.590)	-
Reversão de provisão de despesa administrativa (PDA)	-	75
c) Variação das provisões para resgate	(128.932)	(138.626)
Constituição de provisão matemática para capitalização (PMC)	(132.608)	(143.089)
Cancelamentos de provisão matemática para capitalização (PMC)	3.669	4.453
Variação das provisões técnicas	7	10
d) Resultado com sorteio	(14.103)	(16.370)
Variação da provisão de sorteios a realizar	(442)	32
Variação da provisão de sorteios a pagar	(13.661)	(16.402)
e) Custos de aquisição	(4.554)	(4.980)
Comissões	(4.291)	(4.595)
Outros custos	(263)	(385)
f) Outras receitas e despesas operacionais	604	(68)
Contingências cíveis	15	59
Redução ao valor recuperável	22	(22)
Outras receitas e despesas	567	(105)
g) Despesas administrativas	(11.748)	(7.371)

DIRETORIA

OSCAR JOSE CELADA RODRIGUES Diretor Presidente	ANDRÉ CONDE CASELLI Diretor Geral de Tecnologia	ANA PAULA BERNIZ PIN MODESTO Diretora de Recursos Humanos	NELSON FILIPE DE OLIVEIRA LOPES ALVES Diretor Financeiro	SIMONE PEREIRA NEGRÃO Diretora Jurídica e Secretária Geral Brasil
ANTONIO CLEMENTE CAMPANÁRIO Diretor Geral	ALESSANDRA SAYEGH GOMES LOPES DELVAUX Diretora de Compliance e Controles Internos	HUGO SÉRGIO DE ASSIS JÚNIOR Diretor Geral de Estratégia e Transformação	ROBERTO JUNIOR DE ANTONI Diretor Geral de Operações	

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0	ATUÁRIA
---	----------------

18. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona diretamente aos seus colaboradores um plano de previdência complementar, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 172 (R\$ 212 em 31 de dezembro de 2023).

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

			2024			2023			
			Ativo	Pas-sivo	Re-celta	Des-pesa	Ativo	Pas-sivo	Re-celta
Brasilseg Companhia de Seguros (2)	Empresa ligada	-	5	20	(12)	-	2	6	(4)
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	6	-	31	-	3	-	29	-
MAPFRE Brasil Acionista Participações S.A. (1)	Indireta	3	47	-	(235)	-	21	-	(130)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	Empresa ligada	12	2	106	(32)	14	38	137	(93)
MAPFRE Participações S.A. (3)	Acionista direta	-	832	-	-	-	1.487	-	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Empresa ligada	14	56	-	(932)	-	44	-	(717)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	2.788	14.876	72.542	(27.324)	3.278	13.385	71.657	(23.200)
MAPFRE Tech (4)	Empresa ligada	-	-	-	-	-	14	-	-
MAPFRE Vida S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	153	284	4.128	(1.732)	297	290	8.050	(3.263)
MAWDY Ltda. (1)	Empresa ligada	5	33	572	(187)	41	32	547	(141)
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	5	-	39	-	5	-	45	(3)
Veracruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa ligada	5	-	47	-	2	-	-	(3)

Total **2.991** **16.135** **77.485** **(30.454)** **3.640** **15.313** **80.471** **(27.554)**

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. 2) Refere-se à venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. 3) Refere-se à distribuição de dividendos. 4) Refere-se a sistemas de tecnologia. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Brasil Participações S.A., MAPFRE Investimentos Ltda. e empresas do GRUPO MAPFRE.

	2024	2023
Honorários Benefícios	20.397	17.724
Bônus e participação nos lucros	9.208	6.522
Total	13.627	10.434
Total	43.232	34.680

A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Companhia. **b) Honorários de auditores independentes:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da MAPFRE S.A. (ES).

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um Órgão Estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Externa e Interna. É constituído por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos. Durante os primeiros 10 (dez) meses do ano de 2024 o Comitê de Auditoria foi composto pelos Srs. Edgar Jabbour, Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis e Luiz Cláudio Ligabue (Coordenador). A partir de 01 de novembro de 2024 também passou a compor o Comitê de Auditoria a Sra. Rosana Passos de Padua. O universo de atuação do Comitê compreende a Instituição Líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. Os administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos. A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do Sistema de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

A KPMG Auditores Independentes também é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Atuários Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, inclusive, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação das provisões técnicas, dos sistemas de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. **Principais Atividades** O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, Auditorias Interna e Externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas Áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras; ao Sistema de Controles Internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a fraude, denúncias e irregularidades. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos. Manteve diálogo com as equipes das Auditorias Interna e Externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas. Revisou as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE

Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- As Auditorias Externas também são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
- Todas as recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor Presidente, foram acatadas na íntegra;
- As Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 31 de dezembro de 2024 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, práticas estas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP Superintendência de Seguros Privados. São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Luiz Cláudio Ligabue Coordenador e Membro Titular	Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis Membro Titular
Edgar Jabbour Membro Titular	Rosana Passos de Padua Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão matemática para resgates dos títulos de capitalização (PMC)
Veja as Notas nºs 3(f) e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria
A Companhia mantém a provisão matemática de capitalização (PMC), relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Para mensurar a referida provisão, a Companhia utiliza-se de percentuais definidos nas condições gerais dos produtos de capitalização, aplicados sobre os valores de arrecadações registrados no período, adicionado a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos a avaliação da mensuração da Provisão Matemática de Capitalização (PMC), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras.

Como auditoria endoreçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de parametrização do cálculo da PMC no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto, processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates;
(ii) confronto dos totais das bases analíticas de arrecadações emitidas e de resgates pagos no período, bem como dos montantes de atualização monetária e juros reconhecidos, com o fluxo de movimentação da PMC e respectivos saldos contábeis;
(iii) recálculo da constituição da PMC conforme informações das condições gerais dos produtos de capitalização;
(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas para capitalização, como valores de arrecadação emitidas e de resgates pagos, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes e comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de

distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. **- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional.** Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. **- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.** O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.** **- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.** **- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.** **Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.** **Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.** **Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.**

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685-O-0 F SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da MAPFRE Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da MAPFRE Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para

permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Verbo Divino, 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721

Anexo I
MAPFRE Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

	2024
1. Provisões Técnicas	153.911
Total de provisões técnicas auditadas	153.911
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	2024
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	